


# REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e  
cultura étnico-racial

Vilma de Jesus de Almeida Serra  
Mirlândia Regina Amazonas-Passos  
organizadoras

 INSTITUTO FEDERAL  
Amazonas  
Campus Manaus Centro

 NEABI  
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena  
IFAM - CAMPUS MANAUS CENTRO



# REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e  
cultura étnico-racial


Vilma de Jesus de Almeida Serra  
Mirlândia Regina Amazonas-Passos  
organizadoras



INSTITUTO FEDERAL  
amazonas  
Campus Manaus Centro



**NEABI**  
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena  
IFAM - CAMPUS MANAUS CENTRO



# REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e  
cultura étnico-racial

Este e-book é mais uma produção do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC) que traz relatos de experiências e reflexões sobre ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela comunidade IFAM Campus Manaus Centro, abrangendo o contexto étnico-racial .

Os autores que assinam este e-book transitam entre discentes do ensino técnico, discentes da graduação, pós-graduação, professores e técnicos administrativos que contribuíram para a produção deste e-book relatando suas ações desenvolvidas em projetos de extensão, de ensino, de voluntariado e como monitores na organização dos eventos Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023 e Encontro do NEABI-CMC em Ensino, Pesquisa e Extensão, o ENCEPE 2024 que abordou a temática “Diversidade étnico-racial no contexto escolar”.

Site do NEABI-CMC



Repositório do IFAM



VILMA DE JESUS DE ALMEIDA SERRA  
MIRLÂNDIA REGINA AMAZONAS-PASSOS  
organizadoras

# REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e  
cultura étnico-racial

MANAUS-AM  
2024



Diretor-Geral do Campus Manaus Centro do IFAM  
**Prof. Dr. Edson Valente Chaves**

Coordenadora do NEABI-CMC  
**Prof. Ma. Vilma de Jesus de Almeida Serra**

### **Organizadoras**

Vilma de Jesus de Almeida Serra  
Mirlândia Regina Amazonas-Passos

### **Revisão textual**

Vilma de Jesus de Almeida Serra

### **Diagramação e normalização bibliográfica**

Mirlândia Regina Amazonas-Passos

### **Recurso de diagramação**

<https://www.canva.com/>

### **Dados internacionais de Catalogação na Publicação**

---

R332 Reflexões e experiências do NEABI-CMC: educação, políticas públicas, arte e cultura étnico-racial / organizadoras, Vilma de Jesus de Almeida Serra, Mirlândia Regina Amazonas-Passos. – Manaus: NEABI-CMC, 2024.  
159 p. : il. color.

Vários autores.  
Publicação em meio digital (PDF).  
e-ISBN 978-65-85652-75-9

1. Cotas raciais – Educação. 2. História e cultura afro-brasileira – Educação.  
3. Povos indígenas. 4. Projeto de extensão. 5. Ensino contextualizado. 6. Educação profissional técnica e tecnológica. I. Serra, Vilma de Jesus de Almeida.  
II. Amazonas-Passos, Mirlândia Regina. III. NEABI-CMC. V. Instituto Federal do Amazonas. VI. Título.

CDD (21. ed.) 306.9

# Sumário

## Apresentação, 7

1

Acesso dos alunos indígenas pelas cotas raciais no IFAM Campus Manaus Centro

Vilma de Jesus de Almeida Serra  
Mirlândia Regina Amazonas-Passos  
Cybelle Taveira Bentes, **9**

Vilma de Jesus de Almeida Serra  
Mirlândia Regina Amazonas-Passos  
Anne Yousebecca Louis, **28**

Ações de extensão via NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial

2

3  
Olhares em formação: a valorização dos povos originários e a Semana dos Povos Indígenas no IFAM-CMC

Andreza de Souza Assis, **42**

Carla Monique Santos Santana, **55**

4  
Entre cantos e contos: o encontro das diferenças, uma experiência de educação antirracista e valorização indígena

5

Plantas medicinais e as tradições indígenas

Renata Maria da Silva  
Louisiane Torres Ribeiro, **75**

6

Jardim sensorial:  
perspectivas para o ensino  
contextualizado na Amazônia

Ana Graziela Gomes Travassos  
Iarima Naama Ferreira Lopes  
Juliana Mesquita V. M. de Lucena, **91**

Lucy Lany Ribeiro Gusmão, **109**

Experiência como ouvinte  
da mesa-redonda: Educação  
e inclusão no currículo  
escolar da história e cultura  
afro-brasileira e indígena

7

8

Vivências com povos  
indígenas em Manaus

Fabrcio Filizola Souza,  
Jean Negreiros Ferreira,  
Juvenal Severino Botelho, **119**

Anne Yousebecca Louis, **130**

Práticas formativas sobre a  
temática étnico-racial no  
IFAM-CMC

9

10

Povos indígenas: uma  
construção do  
conhecimento literário

Sthefany Peixoto de Lima  
Letícia Gabriella Castro da Silva  
Marcos Tadeu Oliveira da Costa, **138**

Marcela Oliveira dos Santos, **148**

Aprendizagem baseada na  
temática indígena do  
Amazonas

11



# Apresentação

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC) apresenta à comunidade acadêmica e aos leitores em geral este e-book como um produto informacional dos resultados das ações desenvolvidas no âmbito da promoção da educação antirracista na escola.

A construção textual desse livro digital transita em nossas várias práticas de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática étnico-racial e combate ao racismo desenvolvidas através de ações extensionistas, com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), via PROEX-IFAM, projetos de ensino, de pesquisa e por meio de eventos, como o da “Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças” e mais recentemente o “Encontro do NEABI-CMC 2024: diversidade étnico-racial no contexto escolar”, o ENCEPE 2024. Portanto, esta edição traz o resultado das ações do Projeto de extensão de 2024: “Experiências extensionistas do NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial”, e do projeto de 2023: “Políticas afirmativas raciais na educação básica no contexto do IFAM Campus Manaus Centro”.

Encontram-se, também, aqui compilados os relatos e reflexões sobre as experiências vivenciadas nas atividades desenvolvidas pelo NEABI-CMC nos anos de 2021 a 2024, envolvendo as várias ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão, detalhadas pelos autores nos capítulos correspondentes, além de relatos de experiências sobre os trabalhos de procedimento nos processos seletivos do Campus Manaus Centro, realizados pelas Comissões de Heteroidentificação, relatados conforme a visão de alunos que participaram dos processos e dos eventos de culminância realizados pelo NEABI-CMC.

É rica a exposição dos autores! E mais proveitoso, ainda, é ler os capítulos escritos pelos alunos dos 1º e 2º anos dos cursos do Campus Manaus Centro, com beleza expressiva e discursiva que denota aprendizagem significativa da literatura com a temática indígena regional. Ricos, também, são os capítulos escritos pelos acadêmicos



# Apresentação

defendendo como é necessário a intertextualidade na construção e efetivação de saberes.

Além disso, brilhantes, também, estão os capítulos escritos por técnicos-administrativos e professores, com vasta atuação na docência, mas que dedicaram um pouco do seu limitado tempo para contribuir por meio da escrita, compartilhando suas experiências, visões e trabalhos que dialogam no ensino, pesquisa e extensão sobre a temática da cultura e história dos povos afro-brasileiro e indígena, trazendo a interdisciplinaridade e o pensamento complexo.

A equipe do NEABI-CMC, sente-se realizada pela compilação textual dessas temáticas dispostas nos capítulos deste e-book, que diante da exatidão com que se apresentam engrandecem nosso trabalho e enriquecem o e-book. As reflexões dos autores afastam o dilema da educação engessada e premiam o poder de compreensão das diferenças e diversidades intelectuais no contexto étnico-racial de nosso país dentro do ensino.

Caro leitor, quando você ler esses capítulos irá compreender o que é fazer educação por amor, o que é lutar por uma sociedade mais igualitária, pois ao ler textos com alta proficiência de alunos de ensino médio e graduação, você irá compreender o que é quebrar paradigma, o que é deixar de ser positivista, e assim confirmar que existem perspectivas por detrás das luzes da ribalta.

Esse e-book representa um contínuo trabalho de atividades e iniciativas de uma educação inclusiva, a fim de enfrentar os inúmeros desafios de trazer a temática étnico-racial para o contexto escolar. Nossa conquista no NEABI-CMC é ímpar e perene, pois este e-book retrata o valor de estudar, ler e escrever sobre um tema que precisa ser muito discutido.

Vilma de Jesus de Almeida Serra  
Professora EBTT-IFAM-CMC

Mirlândia Regina Amazonas-Passos  
Bibliotecária IFAM-CMC



# REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL



## CAPÍTULO 8

### **Vivências com povos indígenas em Manaus**

---

**FABRÍCIO FILIZOLA SOUZA**

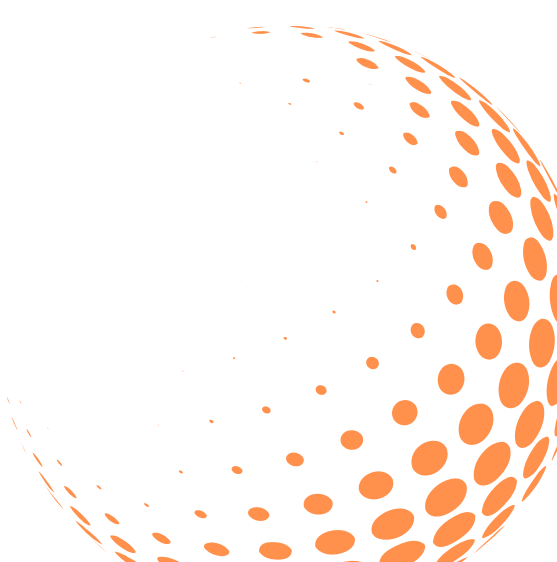
Mestre em Ensino Tecnológico, Professor EBTT,  
Instituto Federal do Amazonas,  
Campus Manaus Centro

**JEAN NEGREIROS FERREIRA**

Mestrando em Ensino Tecnológico, Professor EBTT,  
Instituto Federal do Amazonas,  
Campus Manaus Centro

**JUVENAL SEVERINO BOTELHO**

Mestre em Ensino Tecnológico, Professor EBTT,  
Instituto Federal do Amazonas,  
Campus Manaus Centro



**FABRÍCIO FILIZOLA SOUZA**

<http://lattes.cnpq.br/9552195362058392>

**JEAN NEGREIROS FERREIRA**

<http://lattes.cnpq.br/3972867569608516>

**JUVENAL SEVERINO BOTELHO**

<http://lattes.cnpq.br/9603963602108410>

## Vivências com povos indígenas em Manaus

---

### RESUMO

A propositura do relato tem como objetivo mostrar a experiência dos autores a partir da vivência com os povos indígenas na cidade de Manaus-AM, vivenciando especialmente, como eles se organizam no espaço urbano para fins de valorização de suas tradições culturais e a importância dessas experiências para nossa prática docente.

**Palavras-chave:** indígenas urbanos; comunidade Nações Indígenas; AMARN; cultura e cidadania.

### 1 INTRODUÇÃO

Este relato de experiência consiste numa abordagem abrangendo a Associação das Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN) e a comunidade Nações Indígenas, localizadas respectivamente, no bairro Villar Câmara, Zona Leste da cidade de Manaus e bairro Tarumã, Zona Oeste da cidade de Manaus, com o objetivo de relatar nossas vivências com esses povos, a partir de informações relacionadas as suas características e defesa de suas culturas no espaço urbano de Manaus. Nesta perspectiva, os autores deste relato, a partir do conhecimento adquirido nas vivências com estes indígenas, houve o fortalecimento das atividades docentes no Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro, no que tange a questão indígena.

É possível afirmar que a luta desses indígenas não se edifica sobre a lógica do acúmulo patrimonialista de capital, mas fundamentalmente na busca do direito à sobrevivência e qualidade de vida, afirmação étnica e social.

O relato abrangem a forma como essas comunidades se organizam no espaço urbano para fins de valorização de suas tradições culturais e a importância dessas experiências para nossa prática docente.

## 2 VIVÊNCIAS COM POVOS INDÍGENAS EM MANAUS

Na nossa participação em movimentos sociais organizados, reivindicando do poder público nas esferas municipal, estadual e federal melhorias nos setores de educação, saúde, moradia, etc. mostra que nas lutas de forma organizada é perceptível a participação indígena nesses movimentos, demonstrando elevado grau de consciência.

A Constituição de 1988 reconhece os índios e sua organização social, no Art. 231 a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos índios, indicando a existência de minorias nacionais e institui normas de proteção de sua dignidade ética.

Para contextualizar este relato, referenciamos a Associação das Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN), fundada no ano de 1987, com sede própria na Rua VI, casa 156, Conjunto Villar Câmara, Aleixo, Manaus-AM, que congrega mulheres da etnia tukano e também a comunidade Nações Indígenas, localizada no bairro Tarumã, Zona Oeste da cidade de Manaus, Amazonas.

A figura 1 apresenta a sede da AMARN.

Figura 1 - Sede da AMARN



Foto: Arquivo dos autores (2023)

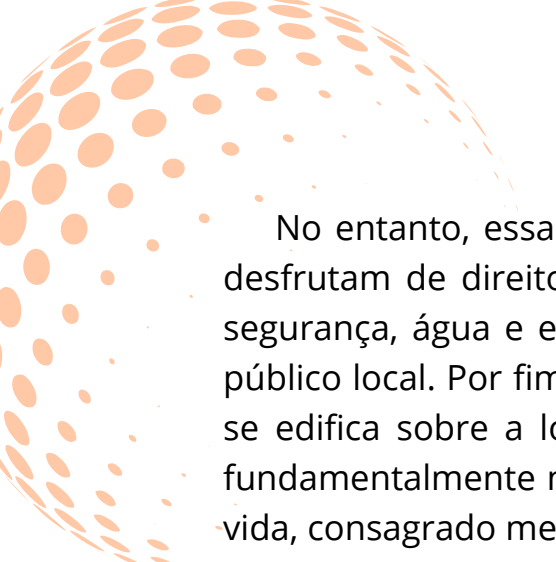
Neste sentido, compartilhamos a experiência com a Comunidade Nações Indígenas, assim como muitas comunidades indígenas urbanas em Manaus, esta reivindica seus direitos na cidade de Manaus. Acreditamos ser necessário compartilhar as configurações dessa comunidade étnica para fortalecer o compromisso com as demandas dos estudos que envolvem as questões étnico-raciais no espaço urbano.

É importante registrar que a comunidade Nações Indígenas foi originada no dia 19 de abril de 2011, data comemorativa do Dia do Índio. Sua principal característica é a existência de uma diversidade étnica de famílias indígenas oriundas de localidades variadas do Amazonas e de outros estados brasileiros. Muitas destas famílias já moravam em áreas urbanas de Manaus, no entanto em imóvel alugado e/ou em locais de riscos, sendo a migração para a comunidade Nações Indígenas uma oportunidade para fixação permanente e consagração da luta pela terra e qualidade de vida, a figura 2 define através do mapa sua localidade.

Figura 2 - Localização da comunidade Nações Indígenas na cidade de Manaus-AM



Fonte: *Google Earth* (2024)



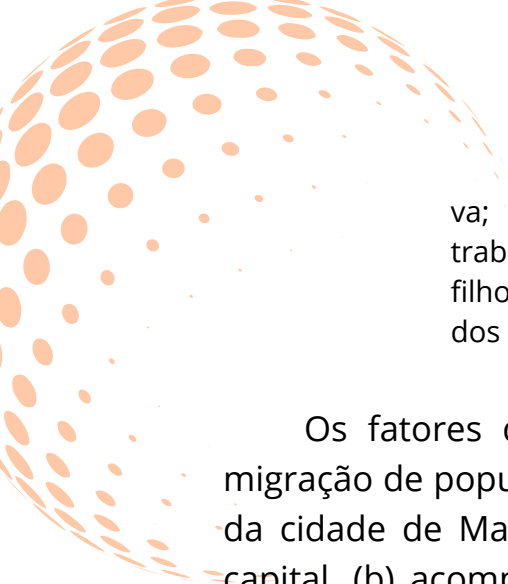
No entanto, essas famílias, mesmo residindo na cidade, ainda não desfrutam de direitos básicos como a infraestrutura de saneamento, segurança, água e energia elétrica, demonstrando ausência do poder público local. Por fim, é possível afirmar que a luta dessas famílias não se edifica sobre a lógica do acúmulo patrimonialista de capital, mas fundamentalmente na busca do direito à sobrevivência e qualidade de vida, consagrado mediante a posse da terra, afirmação étnica e social.

Nos últimos anos, o Amazonas vem presenciando a ocorrência de um fenômeno étnico-social um tanto peculiar e pouco caracterizado pela academia. Por sua importância, sobretudo no que diz respeito ao direito à terra e ao exercício da cidadania, tal fenômeno merece ser analisado mediante os preceitos científicos, livres da ótica do preconceito, muitas vezes reproduzido pela sociedade e enfatizada por parte da mídia local.

Na história do Amazonas, a figura indígena sempre esteve presente, desde a colonização até os dias atuais. Assim, é comum encontrarmos populações indígenas distribuídas por todo o Estado, sobretudo nos municípios interioranos. No entanto, a urbanização de populações indígenas em áreas tipicamente metropolitanas é um fenômeno relativamente recente e incomum. Para parte da sociedade estes grupos indígenas ainda são vistos como seres da floresta, cuja rotina e hábitos não se coadunam a vida nos grandes centros urbanos, permeada por lógicas e rotinas diferentes da realidade do índio.

São diversos os motivos que concorrem para a migração indígena para áreas urbanas. Segundo Cardoso de Oliveira (1993 apud Silva [s.d.], p.29), a atração pela cidade inicia com a assimilação do modo de vida que ela oferece. E a penetração da cidade na aldeia acontece pela adoção de costumes e valores, inerentes a cidade, ao modo de vida dos índios aldeados, que vão sucessivamente, porém significativamente alterando aspectos da vida na aldeia, assim dão origem a alguns componentes urbanos dentro de sua etnia em que:

[...] acredita melhorar de vida efetivamente de vida; e, quando é um chefe de família com muitos filhos em idade escolar, crê encontrar na cidade as escolas que não encontrou junto ao Posto Indígena, bastante desmoralizadas na consciência tribal; acredita, ainda, obter na cidade a assistência médica que inexiste na reser-

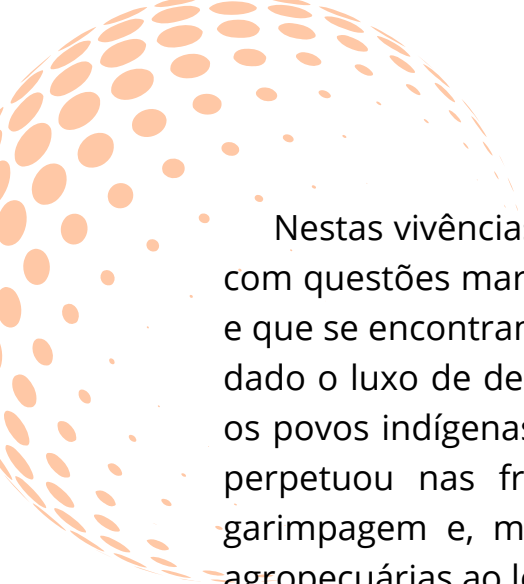


va; e está certo de encontrar, nas condições de vida urbana, trabalho mais bem remunerado para si e empregos para seus filhos que não estraguem o corpo, e que os mantenham afastados dos serviços braçais. (Cardoso de Oliveira, 1993, p.126).

Os fatores que, até certo ponto, podem estar relacionados à migração de populações indígenas em direção às áreas metropolitanas da cidade de Manaus, são: (a) elevada concentração de recursos na capital, (b) acompanhada da árdua e limitada qualidade de vida nos municípios do interior, (c) as devastações ambientais decorrentes das mudanças climáticas e ambientais na região e, mais recentemente, (d) as expectativas geradas pela realização da Copa do Mundo de Futebol na capital. Destaca-se o ideal de empregabilidade do Polo Industrial de Manaus como o principal atrativo do processo migratório em direção à cidade de Manaus, não só dos grupos indígenas, mas também de populações não indígenas residentes no interior do Estado. Todos esses fatores podem ser apreendidos como a busca por uma qualidade de vida melhor àquela das aldeias, considerando que:

[...] a maioria dos indígenas residentes hoje em Manaus migrou dos anos 60 pra cá, período da instalação e implementação da Zona Franca de Manaus. Como motivos dessa migração, os indígenas apontaram a busca de trabalho como o principal fator que os levou a saírem de suas aldeias para Manaus. Outras questões como invasões e perda das terras, a falta de saúde, de educação... São apontadas também como responsáveis pela migração aldeia/cidade. Ou seja, a migração indígena para a cidade, tem como origem a implementação ou ausência, de determinadas políticas públicas na região. (Pastoral Indígena, 2000, p. 8).

Segundo Mainbourg et al. (2002), vários estudos já foram realizados sobre as populações indígenas de Manaus sob vários aspectos e com enfoques diversos: proletarização dos Sateré-Mawé em Manaus, processo migratório de etnias do alto Rio Negro, contexto migratório e inserção dos indígenas em Manaus, identidade étnica na cidade, entre outros. Contudo, há poucas informações sobre a caracterização dos assentamentos indígenas existentes na cidade de Manaus, o que sugere a necessidade da realização de pesquisas voltadas para a compreensão sobre as condições de vida, cidadania e perspectivas futuras das populações lá residentes.

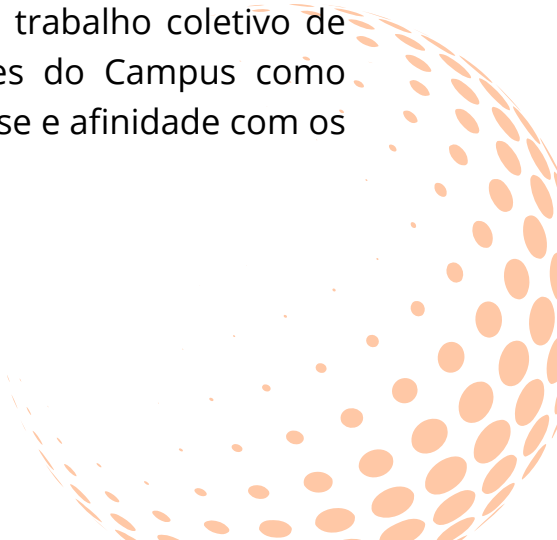


Nestas vivências, há de se considerar que os autores se depararam com questões marcantes da história dos povos indígenas da Amazônia e que se encontram latentes ainda nos dias atuais. A ninguém pode ser dado o luxo de desconhecer que, no processo de ocupação da região, os povos indígenas tiveram suas terras invadidas. A mesma prática se perpetuou nas frentes extrativistas, com a coleta da seringa, da garimpagem e, mais recentemente, com a expansão das fronteiras agropecuárias ao longo do território amazônico.

Também é possível afirmar que esses indígenas ao migrarem para cidade não perdem sua essência cultural de origem, no novo ambiente eles buscam coagir e unir sua tradição para mantê-la viva na cidade, não esquecem suas origens, mas sim a valorizam, tendo na base – reserva – força para manter sua identidade. Acordamos com o entendimento de que o indígena não deixa de ser indígena porque passa a vestir roupas, cursar uma faculdade e adquirir alguns costumes da cidade, pois ele não perde seus vínculos, a sua identidade (Gomes, 2006).

Com relação à luta dos indígenas em defesa do direito a terra em áreas urbanas, verifica-se que, a exemplo das Nações Indígenas, essa luta não se edifica sobre a lógica do acúmulo patrimonialista de capital, mas fundamentalmente na consagração da sobrevivência e qualidade de vida através da posse da terra, possibilitando-lhes afirmação étnica e social. Assim os conflitos que abrangem questões relativas à ocupação da terra, privados ou devolutos, não terão trégua enquanto existirem populações indígenas vivendo em áreas urbanas abaixo da linha de pobreza.

No campo das reflexões é pertinente ressaltar que no Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro, temos o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena-NEABI, tendo como propósito realizar estudos envolvendo pesquisas investigativas e ações diversas sobre as temáticas étnico-raciais, a partir de um trabalho coletivo de professores, técnico-administrativos e estudantes do Campus como também, colaboradores externos que têm interesse e afinidade com os estudos do NEABI.



Neste contexto, nos dias 09 e 10 de novembro de 2023, no IFAM-CMC ocorreu o evento intitulado Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: Encontro das Diferenças, que teve uma importante relevância social, cultural e educacional por incentivar e sensibilizar a comunidades acadêmica do IFAM-CMC e os alunos da EETT Djalma Batista, do município de Manaus-AM, sobre a importância das políticas afirmativas raciais na educação.

Figura 3 - Pronunciamento de Izabel Munduruku da (MEIAM)



Fonte: NEABI-CMC (2023).

Dentre as inúmeras atividades relacionadas com os propósitos do NEABI-CMC, nos dois dias de evento iniciou com o pronunciamento de abertura com Izabel Cristine Silva dos Santos, da etnia Munduruku, membro do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM) e também a participação da poetisa Maria Aldair de Almeida Serra, que declamou os poemas intitulados "A lenda do guaraná" e "A antiga Mudurucânia" (figura 4), que ensejou em importante contribuição para os participantes no evento da Semana dos Povos Indígenas do Amazonas. Verifica-se que esta ação está alinhada com a Carta Magna Brasileira.

Figura 4 - Participantes do evento no auditório Jorge Alberto Furtado, do Campus Manaus Centro. Ao centro a poetisa Aldair Serra



Fonte: NEABI-CMC (2023).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 231, preconiza que: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

MAIS

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

MAIS

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

MAIS

MAIS

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

MAIS

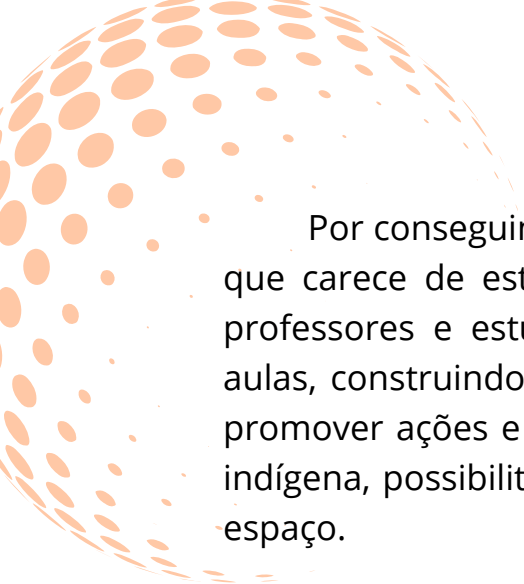
§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

### 3 REFLEXÕES

Com o intuito de fortalecer uma consciência crítica a respeito da questão indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, no IFAM-CMC, os autores, nas disciplinas de Geografia – I, Geografia – II, Sociologia e Filosofia, nas aulas ministradas para estudantes dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada, Diálogos Integradores de EJA, para os alunos dos Cursos Técnicos da Educação de Jovens Adultos, e ainda, a Educação na Região Amazônica, ministrada aos discentes das diversas Licenciaturas (Química, Física, Matemática e Biologia), puderam fortalecer a concepção da importância dos Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

A partir das aulas expositivas dialogadas, os professores autores deste relato, na realização de suas aulas constataram as mudanças de percepção dos alunos, que passaram a dar um novo sentido aos povos indígenas urbanos, valorando a sua cultura e suas lutas por cidadania e dignidade humana.



Por conseguinte, é perceptível, que a questão indígena é um tema que carece de estudos e problematizações, sendo relevante que os professores e estudantes se envolvam com essa temática em suas aulas, construindo novos saberes e olhares sobre esse povo, e assim promover ações e projetos que fortaleçam a tão necessária cidadania indígena, possibilitando novos olhares e configurações no tempo e no espaço.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 ago. 2024.

GOOGLE. Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2024.

GOMES, Melissa Carvalho. **Outros olhares sobre a questão indígena na Amazônia**: cultura e identidade na realidade dos índios na cidade. Rev. do Depto. de Serviço Social, PUC- Rio, 2006.

NEABI-CMC. **Semana dos Povos Indígenas do Amazonas**. Manaus, 2023. Instagram: @neabi.cmc.

MAINBOURG, Evelyne Marie Therese; ARAÚJO, Maria Ivanilde; ALMEIDA, Iolene Cavalcante de. **Populações indígenas da cidade de Manaus**: inserção na cidade e ligação com a cultura. Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

PASTORAL INDIGENISTA DE MANAUS. **Entre a Aldeia e a Cidade**. Manaus: Arquidiocese de Manaus. 2000.